



MALKA Y NEGRI

advogados

CLIPPING COVID-19

Informativo nº 124

21 de agosto de 2020

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
PLANALTO	LEI Nº 14.045, DE 20 DE AGOSTO DE 2020 , publicada em 21.08.20	Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020 , para instituir linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 , e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009 , para criar o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo.
CÂMARA DOS DEPUTADOS	Proposta flexibiliza local de registro civil , disponibilizada em 21.08.20	Autor da proposta diz que pandemia de Covid-19 agravou problema enfrentado por usuário de cartórios. O Projeto de Lei 3953/20 permite o registro de atos civis de pessoas físicas em qualquer cartório municipal... Atualmente, a lei exige que atos civis como nascimento, casamento e óbito tenham as certidões feitas no cartório mais próximo do domicílio. O texto, que tramita na Câmara dos Deputados, permite o registro em qualquer cartório do município. Fonte: Agência Câmara de Notícias
	Proposta se antecipa e estabelece regras para vacinação contra covid-19 , disponibilizada em 21.08.20	Profissionais das áreas de saúde e segurança pública, pessoas com idade acima de 60 anos e pessoas do grupo de risco da Covid-19 serão vacinados com prioridade Fonte: Agência Câmara de Notícias
MPT/RJ	Palestra IV - Ciclo 2020: "Inquérito civil, ações coletivas e a reinvenção procedimental investigativa em tempos de pandemia" , disponibilizada em 21.08.20	O Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ) realizou nesta quinta-feira (20/08) a IV Palestra do ciclo 2020, como tema: Inquérito civil, ações coletivas e a reinvenção procedimental investigativa em tempos de pandemia Palestrantes: procuradoras do Trabalho Júnia Bonfante e Isabela Maul. Participação especial: procurador-geral do Trabalho Alberto Bastos Balazeiro. Mediadora: procuradora do MPT-RJ Aída Glanz Realização: Estágio Acadêmico da PRT1e Cejur - Centro de Estudos Jurídicos Vídeo da palestra disponível no Youtube acesse aqui .
TRF-2	TRF2: mutirão de conciliação com pedidos pré-processuais do auxílio emergencial. Vídeo mostra como participar , disponibilizada em 21.08.2020	O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2), em parceria com o Centro Local de Inteligência e Prevenção de Demandas Repetitivas (CLIP), com a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região (COJEF), com o Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal (CAIJF/TRF2) e com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do TRF2 (COCDH), elaboraram um vídeo com orientações para pessoas que pediram e tiveram negado administrativamente seus auxílios emergenciais. A apresentação explica como formular o pedido de conciliação com a União – por meio do formulário eletrônico disponível no site do TRF2

		(https://www10.trf2.jus.br/conciliacao/auxilio-emergencial/) – e qual a documentação precisa ser juntada na solicitação.
ERJ	Lei Estadual 8.980 de 20.08.2020 , publicada em 21.08.2020.	Autoriza o poder executivo a disponibilizar os testes rápidos de diagnóstico da covid-19, para os profissionais do comércio antes da futura retomada de suas atividades, após o fim do isolamento social determinado pelo poder executivo no âmbito do estado do rio de janeiro.
	Lei Estadual 8.981 de 20.08.2020 , publicada em 21.08.2020.	Autoriza a negociação com os locadores, no que couber, em relação ao valor do aluguel de imóveis ocupados por unidades de ensino de educação infantil, fundamental, médio, médio-técnico e superior, em decorrência da suspensão das atividades presenciais determinadas pelo poder executivo, durante o estado de calamidade pública.
	Lei Estadual 8.982 de 20.08.2020 , publicada em 21.08.2020.	Dispõe sobre condições mínimas de segurança sanitária em clínicas, hospitais, unidades de pronto atendimento, prontos-socorros e similares, em decorrência do estado de emergência e do plano de contingência do novo corona vírus (covid-19).
TJRJ	Hospital de campanha do Maracanã tem que ficar aberto , disponibilizada em 21.08.2020.	O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Claudio de Mello Tavares, negou, nesta quinta-feira (21/08), pedido do governo do Estado para desativar a unidade hospitalar montada no Maracanã para atender pacientes com Covid-19. Ele observou, na decisão, que “não se pode alegar a imprevisibilidade das consequências da pandemia para respaldar eventual falta de compromisso dos gestores públicos com o número de leitos. Afinal, o que se apresenta é que, lamentavelmente, chegou a ser alcançado em dado momento o patamar de 1.000 mortes/dia em todo o país, fato assustador a demonstrar que, conquanto as consequências da doença sejam imprevisíveis, há um constante acréscimo de número de infectados e óbitos, o que revela uma triste realidade em face da qual devem ser empreendidos todos os esforços para amenizar ou controlar tal aceleração, sem olvidar da possibilidade de recrudescimento da pandemia.”
CONJUR	Imóvel arrematado em leilão deve ser desocupado mesmo com epidemia, diz TJ-SP , disponibilizada em 21.08.2020.	A epidemia da Covid-19 não converte a posse precária em posse justa e não é uma moratória geral para o cumprimento de todas as obrigações. Esse argumento foi usado pela 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo para negar pedido de um homem para permanecer, durante o período de epidemia, em um imóvel arrematado por outra pessoa em leilão extrajudicial. O novo proprietário entrou na Justiça com o argumento de que o réu continua a ocupar o imóvel e se recusa a sair de lá. O réu, por sua vez, alegou enfrentar dificuldades financeiras decorrentes da epidemia e, por isso, não tem para onde ir, nem outro local para morar.
Migalhas	Por Covid-19, TJ-SP suspende penhora de até 30% de faturamento de bar , disponibilizada em 21.08.2020.	Por entender que a penhora pode inviabilizar a sobrevivência da empresa em período de crise econômica e sanitária, a 22ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu o bloqueio de até 30% do faturamento de um bar da capital paulista. A medida vale enquanto durar a situação de epidemia da Covid-19. Após o juízo de primeira instância determinar a penhora para pagamento de uma dívida com um banco, o proprietário do bar

		<p>recorreu ao TJ-SP alegando dificuldades financeiras decorrentes da epidemia. O estabelecimento teve que fechar as portas por alguns meses e teve queda de faturamento. Assim, alegou que o bloqueio do faturamento poderia comprometer sua sobrevivência.</p>
	<p>Estudante de Direito não consegue redução de mensalidade por modalidade virtual de ensino, disponibilizada em 21.08.2020.</p>	<p>Alteração de aulas na modalidade presencial para virtual não garante desconto em mensalidade. Este foi o entendimento da juíza de Direito substituta Thais Araujo Correia, do 3º JEC de Brasília, ao negar pedido de redução de mensalidade de aluna do curso de Direito. Para a magistrada, a situação que ocasionou a redução – a pandemia da covid-19 – é excepcional, imprevisível e caso fortuito, não havendo culpa da instituição na alteração da forma de cumprimento do contrato.</p>

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

Malka Y Negri Advogados